



ALAGOAS

INFORME SINDVIGILANTES/AL SOBRE AS NEGOCIAÇÕES SALARIAIS PARA O TRANSPORTE DE VALORES



O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas enviou, em outubro de 2024, a minuta de reajuste salarial do Transporte de Valores para o sindicato patronal Sindesp/AL, dando início às negociações do reajuste salarial para 2025. Aguardamos as devolutivas patronais, que só foram apresentadas na reunião de 16 de janeiro de 2025.

Nessa reunião, o sindicato patronal não apresentou contrapropostas à nossa minuta, mas prometeu enviar três novas cláusulas para adicionar à Convenção Coletiva via e-mail. No entanto, essas cláusulas foram enviadas apenas 15 dias depois, e suas propostas foram:

1. Retirada dos 6% de produtividade e substituição por indenização;
2. Troca de uniforme, com condições desfavoráveis ao trabalhador;
3. Extrapolação de jornada, violando a CLT e permitindo que o trabalhador faça até 16 horas de trabalho efetivo.

O Sindicato dos Vigilantes rejeitou essas propostas, considerando indecentes. Uma nova reunião foi marcada para 12 de fevereiro de 2025, com o objetivo de discutir as pautas de forma definitiva.

No dia 12 de fevereiro, a União Nordeste, que compreende os sindicatos do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Campina Grande, juntamente com a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), representada pelo seu presidente José Boaventura, se reuniu em Recife para escutar a proposta patronal.

No entanto, fomos surpreendidos pela notícia de que a Dra. Trinidad sofreu um infortúnio no voo para Recife e foi encaminhada para o hospital mais próximo, em Salvador (BA), o que impediu a participação dela, do Dr. Rodrigo e da Dra. Daniela que estavam no mesmo voo e a acompanharam no hospital.

A reunião foi realizada apenas com o Dr. Emanuel, que ofereceu um aumento de apenas 85% do INPC, equivalente a 4,20% para as cláusulas econômicas. Os sindicatos consideraram essa proposta indecente e ela não foi considerada. Diante disso, uma nova reunião será agendada com o sindicato patronal para discutir de forma definitiva o reajuste dos trabalhadores do Transporte de Valores.

O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas reforça que está agindo para que os trabalhadores tenham seus direitos assegurados e defendendo um reajuste real nos salários e benefícios da categoria.

Fonte: @sindvigilantesal

FIM DE SEMANA DE FESTA E UNIÃO PARA OS VIGILANTES DO INTERIOR DE ALAGOAS



O último final de semana foi marcado por muita festa e confraternização para os vigilantes do interior do estado. As comemorações começaram no sábado (15), com o encontro dos vigilantes de Piaçabuçu. O evento contou com um animado campeonato de futebol e seguiu ao longo do dia com música, comes e bebes e muita diversão. O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas esteve presente, representado pela presidenta Mônica Lopes, os diretores Nogueira e Genival Santos, além do diretor regional de Piaçabuçu, João.

No domingo (16), foi a vez dos vigilantes de Penedo celebrarem com muita alegria. Mais uma vez, a diretoria do sindicato marcou presença, com a participação da presidenta Mônica Lopes e dos diretores Nogueira e Morgana Nobre. A recepção ficou por conta do diretor regional de Penedo, companheiro Ademir.

Durante os encontros, os representantes do sindicato aproveitaram para atualizar a categoria sobre temas essenciais, como o Estatuto da Segurança Privada, os reajustes

salariais previstos para 2025, a aposentadoria especial para os profissionais da área e a importância da contribuição sindical. Além disso, reafirmaram o compromisso da entidade na luta pelos direitos dos vigilantes de Alagoas.

Fonte: @sindvigilantesal



SINDFORTE/RN em mais uma visita as nossas bases, desta vez foi a vez dos companheiros da PRESERVE.



Na última sexta-feira, dia 14, o SindForte-RN, representado pelo seu Secretário-Geral Rômulo Pessoa, Denilson Barbosa - Diretor de patrimônio, Rogério Rodrigues - Tesoureiro e Enéas Felinto - Diretor e uma parte da diretoria, esteve presente em frente à empresa PRESERVE para a realização de uma assembleia com os trabalhadores.

O objetivo foi informá-los sobre os desdobramentos da rodada de negociações coletivas ocorrida no dia 10 de fevereiro, em Recife-PE. Na ocasião, a classe patronal se comprometeu a apresentar uma resposta definitiva às reivindicações propostas pelos sindicatos.

Durante a assembleia, foram distribuídos panfletos detalhando o andamento das negociações, esclarecendo pontos essenciais para a categoria. A ação visou manter os trabalhadores bem informados sobre os próximos passos e reforçar a importância da união da classe diante das decisões que afetam seus direitos.

Além disso, foram realizadas inspeções nos carros-fortes para verificar o cumprimento das normas previstas no Estatuto da Segurança Privada. Essa fiscalização é fundamental para garantir que as condições de trabalho estejam de acordo com as exigências legais e para assegurar a segurança dos trabalhadores no desempenho de suas funções.

O ato também resultou no atraso das rotas, servindo como um alerta para a empresa. Essa demonstração de força reforça que o SindForte-RN está preparado para adotar medidas mais firmes, como paralisações, caso haja intransigência por parte dos empregadores.

Amobilização deixou claro que a categoria está atenta e unida, exigindo respeito e valorização. O sindicato reafirma seu compromisso em defender os direitos dos trabalhadores e seguirá firme na luta por melhores condições de trabalho e remuneração justa.

Fonte: sindfortern



NOTA DE REPÚDIO

O SINDSEGUR – Sindicato Intermunicipal dos Vigilantes do Rio Grande do Norte manifesta seu repúdio diante da agressão cometida contra um motoboy que estava trabalhando e realizando uma entrega ao acusado, Victor Anderson Veríssimo de Oliveira, praticante de jiu-jitsu e professor do IFRN Central, em Natal.

A profissão de motoboy surgiu da necessidade de transportar objetos com rapidez e baixo custo nos grandes centros urbanos. Muitas vezes, esses profissionais enfrentam longas jornadas de trabalho em busca de melhores rendimentos, além da pressão para realizar as entregas no menor tempo possível.

Os motoboys estão expostos a um alto índice de acidentes devido a essas condições, somadas à baixa segurança passiva das motocicletas. Trata-se de uma profissão que surgiu na década de 1980 e, desde então, se tornou essencial para a logística urbana.

Atitudes como essa demonstram que a classe

trabalhadora segue sendo alvo de ataques por uma minoria que, embora se considere privilegiada, depende desses trabalhadores para suas próprias necessidades. Infelizmente, ainda há quem se ache no direito de agredir verbal e fisicamente profissionais que são pais e mães de família, mostrando total desconhecimento sobre a realidade dessa profissão. É fundamental reconhecer que esses trabalhadores precisam de saúde física e mental para enfrentar diariamente os desafios das ruas em busca do sustento de suas famílias.

Não criminalizem os motoboys!

O SINDSEGUR permanece atento a atitudes dessa natureza e não tolerará, sob nenhuma hipótese, práticas violentas contra trabalhadores.

Natal-RN, 15 de fevereiro de 2025

SINDSEGUR – Sindicato dos Vigilantes do Rio Grande do Norte

DISCUSSÃO DO TEMA 1118



O QUE DIZIA A SÚMULA 331 DO TST?

Antes dessa decisão do STF, a Súmula 331 do TST estabelecia que, em casos de terceirização na administração pública, se houvesse falha na fiscalização do contrato, a administração poderia ser responsabilizada subsidiariamente pelo pagamento das verbas trabalhistas não quitadas pela empresa contratada.

Isso significava que era dever do ente público fiscalizar o cumprimento dos direitos trabalhistas pelos seus contratados, e, se não o fizesse, poderia ser responsabilizado.

O QUE O STF DECIDIU NO TEMA 1118?

O STF reafirmou que a administração pública só pode ser responsabilizada se houver culpa comprovada na falta de fiscalização do contrato. Mas o grande problema é que o STF colocou o ônus da prova sobre o trabalhador, ou seja, é ele quem deve comprovar que a administração não fiscalizou corretamente o contrato.

Ou seja:

- A administração pública tem sim o dever de fiscalizar.
- Mas agora é o trabalhador quem deve provar que houve falha na fiscalização.
- Se ele não conseguir essa prova, a administração pública fica isenta de pagar qualquer dívida trabalhista.

POR QUE ISSO É UM PROBLEMA?

Na prática, essa decisão dificulta muito o recebimento de direitos trabalhistas por empregados terceirizados, porque:

O trabalhador normalmente não tem acesso a documentos internos da administração pública para provar que ela não fiscalizou o contrato.

Como ele vai conseguir provar que a fiscalização foi ineficiente? Vai ter que pedir provas para a própria administração que ele está tentando responsabilizar?

Isso pode levar a uma blindagem da administração pública contra a responsabilização subsidiária, deixando muitos trabalhadores sem receber suas verbas.

O QUE ISSO SIGNIFICA NA PRÁTICA?

Com essa mudança, fica muito mais difícil responsabilizar a administração pública por dívidas trabalhistas de empresas terceirizadas. Isso pode gerar um aumento de calotes em trabalhadores terceirizados, já que muitas empresas podem simplesmente desaparecer ou falir, deixando os funcionários sem receber, sem que consigam responsabilizar a administração pública.

E AGORA?

Os trabalhadores terceirizados terão que se preocupar ainda mais com a documentação do contrato e com as fiscalizações. O ideal é que advogados que atuam nesses casos busquem requerer provas antecipadas ou peçam em juízo a inversão do ônus da prova, caso haja indícios de descumprimento da fiscalização.

Ou seja, essa decisão do STF protege mais a administração pública e prejudica os trabalhadores terceirizados, dificultando a responsabilização subsidiária.

Fonte: Sindseg-GV/ES

“Prévia do PIB” do BC, IBC-Br, aponta que Brasil cresceu 3,8% em 2024

Indicador foi divulgado pelo Banco Central nesta segunda-feira. Resultado oficial do PIB de 2024 será divulgado em março pelo IBGE



Da esq. para a dir. no círculo: o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (Foto: ABR)

247 - A economia brasileira perdeu ritmo e permaneceu estável no último trimestre de 2024, conforme mostram dados divulgados nesta segunda-feira (17) pelo IBC-Br (Índice de Atividade Econômica). Mesmo com a desaceleração, o indicador do Banco Central, conhecido como “prévia do PIB (Produto Interno Bruto)”, sinaliza um crescimento de 3,8% da economia nacional no ano passado. O resultado oficial do PIB de 2024 será divulgado apenas em 7 de março pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No entanto, a economia nacional encolheu 0,7% no mês de dezembro. A queda registrada levou a prévia do PIB aos 152,3 pontos na série dessazonalizada (livre de influências). Esse é o patamar mais baixo registrado desde maio do ano passado, quando o índice alcançou 151,2 pontos.

De acordo com o UOL, a perda de fôlego do IBC-Br nos últimos meses de 2024 ocorreu após a atividade econômica ter atingido, em agosto, o

maior nível da série histórica do indicador, com 153,7 pontos. Essa desaceleração é atribuída, em grande parte, ao efeito das taxas de juros elevadas.

A elevação da taxa Selic, nas últimas quatro reuniões do Copom (Comitê de Política Monetária), teve como objetivo controlar a inflação. Contudo, a medida acabou desestimulando a atividade econômica, pois dificultou o acesso ao crédito e reduziu o consumo.

Em relação ao terceiro trimestre de 2024, o resultado do PIB teve uma diferença de 0,22 ponto percentual. O PIB brasileiro avançou 0,9% comparado ao período entre abril e junho, enquanto o IBC-Br registrou alta de 1,12%. Quando comparados ao mesmo período de 2023, os dados do IBGE mostraram um avanço de 4% da economia, enquanto o IBC-Br indicou uma alta de 4,7%.

Fonte: Brasil247

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF